



QUANDO A INFORMAÇÃO DEVE SE TRANSFORMAR EM CONHECIMENTO

Como o áudio de confiança em língua local pode fortalecer a resiliência em comunidades indígenas e de tradição oral

Audiopedia Foundation
Resumo estratégico • 2026

Introdução

As comunidades indígenas sempre tiveram formas poderosas de criar, validar e compartilhar conhecimento. Ao longo das gerações, o conhecimento tem sido transmitido por meio da língua, do território, da memória, das histórias, das canções, das cerimônias, da observação, dos anciãos, das famílias, dos líderes comunitários e da experiência coletiva.

Mas hoje, algumas das informações mais urgentes que afetam as comunidades são produzidas em outros lugares.

Emergências de saúde. Serviços públicos. Direitos à terra. Procedimentos legais. Programas de adaptação climática. Riscos ambientais. Impactos da indústria extrativa. Proteção contra a violência de gênero. Campanhas de vacinação. Desinformação. Riscos digitais. Questões futuras relacionadas à IA, dados e direitos linguísticos.

Essas informações externas costumam chegar em formatos que não se adaptam bem: documentos escritos, orientações técnicas, procedimentos burocráticos, campanhas oficiais, materiais produzidos externamente, ferramentas que dependem da internet ou informações disponíveis apenas em línguas nacionais, coloniais ou dominantes.

O problema não é que as comunidades indígenas careçam de sistemas de conhecimento. O problema é que os sistemas de informação externos muitas vezes não conseguem se conectar aos sistemas de comunicação orais, territoriais e comunitários nos quais as pessoas já confiam.

Informação que não é compreendida, não inspira confiança, não é lembrada ou compartilhada não se torna conhecimento útil.

A COVID-19 tornou essa lacuna visível. Em muitas comunidades remotas, a questão não era apenas se existiam orientações de saúde. A questão era se as pessoas podiam recebê-las rapidamente, compreendê-las em seu próprio idioma, confiar na voz por trás delas, discuti-las localmente, lembrá-las, compartilhá-las e agir de acordo com elas.

O mesmo desafio se aplica muito além das emergências de saúde. Ele afeta a capacidade das pessoas de compreender seus direitos, acessar serviços, responder a ameaças climáticas, avaliar riscos, combater a desinformação, proteger seus territórios e tomar decisões coletivas informadas.

Este resumo defende que o áudio de confiança em língua local pode ajudar a preencher essa lacuna.

O áudio não substitui o conhecimento tradicional, a rádio comunitária, a liderança local ou a mídia indígena. É uma ponte prática entre a informação externa e a compreensão local. Quando criado com vozes de confiança, validado localmente e colocado em circulação pelos canais comunitários existentes, o áudio pode ajudar a tornar a informação externa expressável, compartilhável, reproduzível e passível de ação como conhecimento local.

A oportunidade não consiste simplesmente em produzir mais conteúdo.

A oportunidade é construir sistemas de circulação de áudio replicáveis que fortaleçam a resiliência da comunidade.

Por que isso é importante

Quando informações essenciais não chegam de forma utilizável, as consequências são práticas.

Uma família pode não entender como reagir a um novo surto de doença. Uma mulher pode não saber onde buscar ajuda após sofrer violência. Uma comunidade pode tomar conhecimento de um processo de consulta tarde demais ou receber informações jurídicas em um formato que não permite discussão coletiva. Uma aldeia pode ser afetada por impactos climáticos, degradação ambiental ou pressões extrativistas, enquanto as informações necessárias para avaliar riscos e reagir permanecem restritas a documentos, linguagem técnica ou instituições distantes.

O acesso à informação, portanto, não é uma questão marginal de comunicação. É parte da resiliência.

As comunidades são mais resilientes quando conseguem compreender novos riscos, interpretar novos direitos, acessar serviços, se preparar para emergências, combater a desinformação e tomar decisões informadas em suas próprias línguas e em seus próprios termos.

Isso é especialmente importante para as comunidades indígenas, pois muitas das questões em jogo são coletivas. Terra, florestas, água, saúde, língua, continuidade cultural e autodeterminação não são apenas preocupações individuais. São responsabilidades compartilhadas que exigem um entendimento comum.

Padrões internacionais reconhecem cada vez mais essa conexão. Os povos indígenas têm direito às suas próprias línguas, à sua própria mídia, às suas próprias formas de educação e comunicação, e ao direito de compreender e ser compreendidos em processos públicos, jurídicos e administrativos. O Consentimento Livre, Prévio e Informado também depende da disponibilidade de informações em formatos que as comunidades possam compreender, discutir e avaliar antes que as decisões sejam tomadas.

A dimensão climática e da biodiversidade torna isso ainda mais urgente. Os povos indígenas são atores centrais na governança florestal, na gestão territorial e na resiliência climática. Dados de importantes fontes internacionais mostram que muitos territórios indígenas apresentam taxas mais baixas de desmatamento e declínio ecológico do que áreas comparáveis, especialmente onde os direitos e a governança são reconhecidos. Mas esses mesmos territórios enfrentam pressões crescentes decorrentes das mudanças climáticas, da extração de recursos, da infraestrutura, da expansão do mercado e da degradação ambiental.

Nesse contexto, fortalecer os sistemas de comunicação indígenas não se resume apenas ao acesso à informação. Trata-se de fortalecer a capacidade das comunidades de responder a novas pressões, defender direitos, proteger a saúde, cuidar dos territórios e participar das decisões que afetam seu futuro.

O mesmo se aplica à saúde pública e à resposta a emergências. A COVID-19 mostrou com que rapidez a desinformação, a incerteza e o medo podem se espalhar quando as orientações não inspiram confiança, não são compreensíveis localmente ou não são fáceis de compartilhar. Em comunidades remotas, a existência de informações oficiais sobre saúde não é suficiente. O que importa é se essas informações podem circular por canais locais confiáveis com rapidez suficiente para apoiar a ação.

O áudio de confiança em língua local pode desempenhar um papel prático nesse sentido. Ele pode tornar informações complexas mais fáceis de entender, lembrar e discutir. Pode ser reproduzido. Pode ir além de uma única transmissão. Pode ser compartilhado por apresentadores de rádio, profissionais de saúde, professores, grupos de mulheres, líderes locais, assembleias comunitárias e famílias. Podem circular com as pessoas pelo território.

É por isso que a circulação de áudio deve ser entendida como infraestrutura de resiliência.

A lacuna: existem boas práticas, mas elas permanecem fragmentadas

Não faltam práticas promissoras.

Em comunidades indígenas e remotas, muitos atores desenvolveram formas valiosas de tornar as informações mais acessíveis: rádios comunitárias, jornalismo em línguas indígenas, promotores de saúde locais, grupos de mulheres, comunicação nas escolas, sistemas de alto-falantes, mensagens de emergência, iniciativas de tradução, compartilhamento de celulares, distribuição de fitas cassete e pen drives, e campanhas de interesse público em línguas locais.

Esses exemplos são importantes. Eles mostram que a comunicação confiável em língua local pode funcionar, especialmente quando está enraizada nas relações comunitárias já existentes.

Na Amazônia peruana, a Minga Perú mostrou como o rádio, os alto-falantes comunitários, as fitas cassete, as promotoras e o feedback dos ouvintes puderam se tornar parte de um ecossistema de comunicação mais amplo. Durante a COVID-19, a iniciativa de verificação de fatos em línguas indígenas do OjoPúblico trabalhou com intérpretes e estações de rádio para tornar compreensíveis, nas línguas locais, as informações sobre a pandemia e a resposta à desinformação. Em Ucayali, o ensino à distância apoiado pelo UNICEF utilizou aulas gravadas, transportadas por pen drives e transmitidas por alto-falantes comunitários em locais onde o acesso à internet e à televisão era limitado.

Esses não são exemplos marginais. Eles revelam um padrão importante: em comunidades remotas e de tradição oral, a informação costuma circular por meio de sistemas em camadas. Uma transmissão de rádio pode ser reforçada por um facilitador local. Um pen drive pode ser transportado pelo rio. Um alto-falante pode alcançar famílias sem internet. Um grupo de mulheres pode transformar uma mensagem em discussão. Uma assembleia comunitária pode decidir se a informação é confiável. Um professor, profissional de saúde ou apresentador de rádio pode se tornar a ponte entre a informação externa e a ação comunitária.

Mas essas práticas muitas vezes permanecem isoladas.

Elas estão frequentemente vinculadas a um único setor, um único doador, uma única emergência, um único parceiro de mídia ou uma única campanha. Um projeto de saúde pode desenvolver mensagens fortes no idioma local, mas não documentar um modelo reutilizável. Uma emissora de rádio pode produzir uma excelente programação, mas carecer de apoio para estendê-la além da transmissão. Uma iniciativa educacional pode resolver um desafio de distribuição offline, mas a lição pode não ser transferida para as áreas de direitos, clima, saúde ou resposta a emergências. Uma comunidade pode desenvolver canais de comunicação confiáveis, mas esses canais podem não ser mapeados, fortalecidos ou reutilizados em desafios futuros.

Essa é a camada que está faltando.

O problema não é simplesmente a falta de conteúdo. É a ausência de uma estrutura repetível para transformar informações externas complexas em áudio confiável no idioma local, que possa circular pelas verdadeiras vias de comunicação de um território.

Tal estrutura não substituiria a mídia comunitária existente nem os sistemas de conhecimento locais. Ela os conectaria e fortaleceria. Ajudaria as comunidades e os parceiros a passar de esforços pontuais de comunicação para um método prático que possa ser usado repetidamente: para saúde, direitos, serviços públicos, adaptação climática, riscos ambientais, resposta a emergências, desinformação e futuros desafios digitais.

A necessidade está bem documentada. Os elementos básicos já existem. O que falta é uma maneira de reuni-los em um sistema de circulação comunitária de áudio.

A resposta proposta: circulação de áudio de confiança

Uma resposta prática começa com uma mudança simples: a tarefa não é apenas traduzir informações, mas ajudar a transformá-las em conhecimento confiável e utilizável. O áudio digital é importante porque pode ser gravado, copiado, reproduzido, atualizado e colocado em circulação por diversos canais — desde rádios e telefones compartilhados até pen drives, cartões SD, alto-falantes e tocadores movidos a energia solar.

Para comunidades indígenas e de tradição oral, isso significa transformar informações externas em áudio que seja compreensível localmente, socialmente confiável, seguro para compartilhar, fácil de lembrar e capaz de circular pelas vias comunitárias existentes. O objetivo não é a transmissão unidirecional de mensagens, mas a circulação: informações que possam ser ouvidas, discutidas, corrigidas, lembradas e tornadas úteis.

A Fundação Audiopedia propõe uma estrutura simples de quatro etapas para esse processo:

Ouvir — Compreender o território antes de criar conteúdo.

Identificar a nova realidade que afeta a comunidade, a lacuna de conhecimento que ela cria, as línguas e formas de expressão que as pessoas realmente usam, as vozes em que confiam e os canais pelos quais a informação já circula.

Essa etapa também deve mapear riscos e pontos sensíveis. Algumas informações podem ser divulgadas publicamente. Outros temas — como violência de gênero, conflitos fundiários, saúde pessoal, direitos políticos ou atividades econômicas ilegais — podem exigir uma circulação privada, facilitada ou cuidadosamente controlada.

Criar — Transformar informações externas em áudio de confiança em língua local.

Não se trata de tradução literal. Informações jurídicas, de saúde, climáticas ou sobre serviços

muitas vezes precisam ser interpretadas, simplificadas, verificadas e adaptadas para que sejam compreensíveis. O teste é se as pessoas conseguem entendê-las, discuti-las, lembrá-las e agir com base nelas. Os roteiros devem ser validados localmente, as vozes devem inspirar confiança e o áudio final deve ser curto, claro, reutilizável e adaptado aos canais pelos quais irá circular.

Fazer circular — Fazer o áudio circular pelo território.

Em ambientes remotos, a distribuição não é apenas digital nem se limita à transmissão. Trata-se de logística territorial. O áudio pode circular por sinal de rádio, alto-falante, pen drive, cartão SD, tocador solar, celular compartilhado, visita escolar, rota de clínicas, grupo de mulheres, assembleia comunitária ou transporte fluvial.

O canal certo depende do tema, do público, do risco e da infraestrutura local. Uma mensagem de saúde pública pode funcionar por meio do rádio e de alto-falantes. Uma mensagem delicada sobre direitos ou proteção pode exigir um ambiente de escuta mais intimista e de confiança.

Aprender — Fechar o ciclo.

As comunidades precisam de maneiras de fazer perguntas, corrigir mal-entendidos, relatar boatos, sinalizar riscos e decidir se o áudio deve ser atualizado, interrompido ou reutilizado. Os parceiros devem documentar quais canais funcionaram, quais vozes inspiraram confiança, quais formatos foram lembrados e quais mensagens levaram à ação.

Com o tempo, isso transforma esforços individuais de comunicação em uma base prática de evidências para a circulação de áudio conduzida pela comunidade — e em um modelo que pode ser adaptado a diversos temas, territórios e parceiros.

Da experiência de campo a um modelo replicável

Este resumo não se baseia apenas na teoria. A estrutura se baseia em trabalhos anteriores da Fundação Audiopedia em contextos orais, de baixa alfabetização e baixa conectividade, especialmente na colaboração de 2023 com a CARPHA e a GIZ em Belize.

Esse projeto foi uma das primeiras tentativas de responder à mesma pergunta que este resumo agora aborda de forma mais ampla: como informações externas vitais podem se tornar conhecimento confiável e utilizável nas comunidades indígenas?

Em Belize, o foco imediato foram as informações de saúde pública para as comunidades maias e garifunas. Mas o aprendizado mais profundo foi metodológico. Comunidades diferentes exigiam canais de comunicação diferentes. Algumas comunidades garifunas se adaptavam melhor ao WhatsApp, a aplicativos da web e ao compartilhamento em redes sociais. Comunidades maias mais remotas precisavam de opções offline e de baixa tecnologia, como cartões de memória, alto-falantes a bateria, rádio local e intermediários comunitários de confiança.

O workshop em Belize também testou o ciclo básico que mais tarde evoluiu para esta estrutura: compreender o contexto da comunidade, desenvolver áudio relevante e culturalmente adequado, usar canais que realmente funcionem e coletar feedback para melhorar o conteúdo e a distribuição.

Uma experiência anterior na Bacia do Congo já havia apontado na mesma direção. A Audiopedia apoiou parceiros de campo que trabalhavam com comunidades Aka, onde conteúdos de áudio criados localmente sobre saúde e direitos indígenas eram gravados na floresta tropical e compartilhados por meio de tocadores de áudio movidos a energia solar. Um exemplo foi uma “canção sobre diarreia” composta localmente, que combinava mensagens de higiene com formas orais familiares e conhecimentos medicinais locais. A lição foi clara: um áudio eficaz não é simplesmente informação traduzida. Ele se torna

útil quando é criado de uma forma que as pessoas reconheçam, lembrem e possam incorporar como própria.

Juntas, essas experiências mostram que a circulação de áudio de confiança não é uma solução tecnológica única que serve para todos. É um processo: compreender o contexto, adaptar a informação, escolher as vozes e os canais certos e aprender com o feedback.

O próximo passo é transformar essas lições em um modelo testado em campo e documentado, que as comunidades indígenas e seus parceiros possam adaptar a diversos temas e territórios.

Tal aplicação poderia gerar:

- áudio validado localmente sobre um tema prioritário
- um mapa de vozes confiáveis, riscos e rotas de comunicação
- canais de circulação testados, como rádio, alto-falantes, cartões SD, pen drives, tocadores de áudio movidos a energia solar, escolas, clínicas, grupos de mulheres ou rotas fluviais
- ciclos simples de feedback e correção
- evidências práticas sobre alcance, reprodução, confiança, memorização e ação
- um método documentado que outras comunidades e parceiros possam adaptar

Tal modelo ajudaria as comunidades a responder mais rapidamente às novas realidades, em suas próprias línguas, por meio de vozes confiáveis e das vias pelas quais o conhecimento já circula por todo o seu território.

Se for bem-sucedido, este não seria mais um projeto de comunicação isolado. Seria uma estrutura prática de resiliência que as comunidades indígenas e seus parceiros poderiam adaptar onde quer que informações externas precisem se tornar conhecimento local de confiança.

Fontes selecionadas e base de campo

Este resumo baseia-se em estruturas internacionais de direitos, orientações sobre saúde pública e engajamento comunitário, pesquisas sobre línguas indígenas e mídia comunitária, além da própria experiência de campo da Fundação Audiopedia em contextos orais, de baixa alfabetização e baixa conectividade.

Direitos, língua e autodeterminação

- Nações Unidas: *Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP)*
- Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas: *Resumo de Políticas nº 151: Por que as línguas indígenas são importantes*
- ACNUDH / Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas: *Os direitos dos povos indígenas aos dados e à informação*
- FAO: *Orientações sobre o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)*

Clima, biodiversidade e resiliência territorial

- IPBES: *Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*
- FAO: *Governança florestal por povos indígenas e tribais na América Latina e no Caribe*
- Banco Mundial: *Visão geral dos povos indígenas e contexto de desenvolvimento*

Conhecimento oral, mídia comunitária e acesso a áudio

- UNESCO: *Década Internacional das Línguas Indígenas*
- UNESCO: *Tradições e expressões orais como patrimônio cultural imaterial*
- Cultural Survival: *Mídia comunitária e Rádio dos Direitos Indígenas*
- Minga Perú / National Geographic Education: *Promovendo mudanças sociais na Amazônia peruana*
- OjoPúblico / Rede Global de Jornalismo Investigativo: *Verificação de fatos em línguas indígenas e resposta à desinformação sobre a COVID-19*
- UNICEF Peru: *Ensino à distância por meio de áudio em pen drives e alto-falantes comunitários em Ucayali*

Saúde, comunicação de emergência e medidas de proteção

- OMS: *Orientações sobre comunicação de riscos da COVID-19 e engajamento comunitário*
- OMS: *Orientações sobre gestão da infodemia e desinformação*
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e da Meia-Lua Vermelha (IFRC): *Guia de engajamento comunitário e prestação de contas*
- UNFPA / UNICEF / ONU Mulheres / OIT: *Violência e barreiras ao acesso a serviços que afetam meninas, adolescentes e jovens indígenas*

Base de campo da Audiopedia

- Fundação Audiopedia / CARPHA / GIZ: *Workshop e visitas de campo em Belize, Dangriga, 2023*
- Fundação Audiopedia: *O Método EDUC da Audiopedia*
- Romain Duda (CNRS/MNHN, Musée de l'Homme): *Projeto participativo de sensibilização da população indígena Aka para a prevenção em saúde e os direitos por meio da divulgação de mensagens em áudio*
- Romain Duda (CNRS/MNHN, Musée de l'Homme): *Apoio e melhoria das condições de vida das populações indígenas da Likouala (Congo)*

Links completos para as fontes e pesquisas de apoio disponíveis mediante solicitação.